ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 148/XIII/3.ª SL

Aos 18 dias do mês de abril de 2018, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 139, 140, 141, 142, 143 e 144, referentes aos dias 2, 7, 14, 21 e 28 de fevereiro, e 4 de abril;

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 823/XIII/3 (CDS-PP) - 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, consagra que, para realizar investimentos estratégicos e estruturantes, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa necessita da autorização da tutela;
Deputado autor do parecer: GP PS;

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 369/XIII/1.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que crie um "Contrato de Transparência com os futuros pensionistas": informação sobre a expectativa de pensão a receber ao atingir a idade legal de reforma;

4. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 45/XIII/3.ª (BE) e 46/XIII/3.ª (PCP) - Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que "Regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris";

5. Apreciação e votação do Relatório final sobre as Petições n.ºs 347/XIII/2.ª e 394/XIII/3.ª, da iniciativa de Sara Alexandra Cândido Neves de Melo, que Solicitam o reconhecimento da profissão de educador social
Deputada relatora: Susana Lamas (PSD);

6. Relatório "Portugal na União Europeia - 2017" (a remeter à Comissão de Assuntos Europeus até 11 de maio)
Deputado relator: GP do PSD

7. Deliberação sobre a criação do Grupo de Trabalho - Estatuto do Cuidador;

8. Outros assuntos.

Deu início aos trabalhos a Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em função da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, passando-se de imediato à apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia que se segue:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 139, 140, 141, 142, 143 e 144, referentes aos dias 2, 7, 14, 21 e 28 de fevereiro, e 4 de abril;

Submetidas a votação foram as atas supra identificadas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PCP.

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 823/XIII/3 (CDS-PP) - 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, consagra que, para realizar investimentos estratégicos e estruturantes, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa necessita da autorização da tutela;
Deputado autor do parecer: GP PS;

A Senhora Presidente em exercício deu conta da impossibilidade de apresentação quer da nota técnica quer do parecer relativos à iniciativa em apreço, em função da exiguidade do tempo disponível, comunicando porém que a nota técnica seria disponibilizada antes da discussão do projeto de lei em Plenário, que se encontrava agendada para o dia seguinte, quinta-feira, 19 de abril.

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 369/XIII/1.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que crie um "Contrato de Transparência com os futuros pensionistas": informação sobre a expectativa de pensão a receber ao atingir a idade legal de reforma;

Em função da ausência naquele momento do Grupo Parlamentar proponente, foi adiada a discussão do projeto de resolução em epígrafe.

4. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 45/XIII/3.ª (BE) e 46/XIII/3.ª (PCP) - Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que "Regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris";

Apesar de um dos Grupos Parlamentares proponentes não se encontrar presente na reunião (o GP do PCP), foi comunicado pela Senhora Presidente em exercício que a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) lhe comunicara a necessidade de se ausentar devido à realização em simultâneo de outros trabalhos parlamentares, tendo solicitado por esse motivo o adiamento deste ponto para a próxima reunião da Comissão.

5. Apreciação e votação do Relatório final sobre as Petições n.ºs 347/XIII/2.ª e 394/XIII/3.ª, da iniciativa de Sara Alexandra Cândido Neves de Melo, que Solicitam o reconhecimento da profissão de educador social
Deputada relatora: Susana Lamas (PSD);

Neste ponto da ordem do dia, tomou a palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que deu conta da impossibilidade de a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) proceder à apresentação nesta reunião do relatório por si elaborado, em

virtude de se encontrar a realizar uma intervenção na reunião de outra Comissão parlamentar, pelo que seria a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) a realizar a respetiva apresentação, o que fez, descrevendo e analisando de forma sucinta o objeto das petições, as diligências efetuadas pela Comissão e as conclusões elencadas, e propugnando que deveria ser dado o devido conhecimento aos Grupos Parlamentares e à peticionante, assim como deveria o relatório ser enviado ao Senhor Presidente da Assembleia da República. No final, a Senhora Presidente em exercício cumprimentou e elogiou o trabalho das Senhoras Deputadas, respetivamente pela elaboração e pela apresentação do relatório, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Retomou-se então a discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos (visto o Grupo Parlamentar proponente já se encontrar representado), nos termos que constam da informação produzida a este respeito, e que aqui se dão por reproduzidos, registando-se as intervenções dos Senhores Deputados Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), Rui Riso (PS), Joana Barata Lopes (PSD) e José Moura Soeiro (BE).

6. Relatório "Portugal na União Europeia - 2017" (a remeter à Comissão de Assuntos Europeus até 11 de maio)
Deputado relator: GP do PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Joana Barata Lopes para a elaboração do respetivo parecer.

7. Deliberação sobre a criação do Grupo de Trabalho - Estatuto do Cuidador;

Interveio a propósito deste ponto a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que defendeu reflexão e rigor na constituição de novos grupos de trabalho, atendendo ao número de iniciativas pendentes em Comissão, e que se encontravam ainda a aguardar o agendamento da sua discussão e votação, tendo procedido de forma sucinta à sua enumeração. Desta forma, e defendendo a adoção de um critério que permitisse dar o devido seguimento a todos estes assuntos sem prejudicar as legítimas expectativas de todos os potenciais interessados, sugeriu que os Grupos Parlamentares definissem até à próxima reunião as suas prioridades quanto à criação de grupos de trabalho.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 148/XIII/3.ª SL

Depois de a Senhora Presidente em exercício ter relembrado que já havia sido solicitada uma descrição das iniciativas pendentes, e dos eventuais grupos de trabalho a constituir, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) adiantou que integraria o Grupo de Trabalho – Estatuto do Cuidador Informal (GT – ECI), enquanto o membro do Grupo de Trabalho destinado a apreciar as iniciativas relacionadas com a formação e certificação profissional dos motoristas de transportes públicos de passageiros seria o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE). Por outro lado, manifestou que nem todas as iniciativas tinham que dar origem à constituição de grupos de trabalho, concordando que cabia a cada Grupo Parlamentar definir as suas prioridades, exemplificando com a apreciação das iniciativas relativas ao direito de desconexão, que no entender do GP do BE não era prioritária.

A Senhora Presidente em exercício leu então um excerto da ata da reunião em que se solicitara a elaboração do documento de sistematização das iniciativas a que já aludira, tendo o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) comunicado que da parte do CDS-PP havia acordo para avançar com a constituição do GT - ECI, não deixando porém de sublinhar que não havia disponibilidade nem capacidade para avançar com todos os Grupos de Trabalho em simultâneo. Retomando o uso da palavra, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) indicou que o seu Grupo Parlamentar analisara as suas iniciativas pendentes e propusera a criação do GT – ECI, estando contudo disponíveis para integrar desde já todos os restantes Grupos de Trabalho que venham a ser criados. Por seu turno, o Senhor Deputado Rui Riso (PS) afirmou que o GP do PS concordava com a tomada de decisão sobre os Grupos de Trabalho na próxima semana, até porque não estando presente o GP do PCP, seria deselegante adotar uma deliberação na sua ausência. Respondeu então o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), considerando que uma vez que este ponto constava da ordem de trabalhos, deveria merecer a pronúncia da Comissão. Entendeu que os Serviços poderiam enviar a lista das iniciativas pendentes, mas defendeu que tal não justificaria um eventual adiamento, até porque a informação estava disponível eletronicamente. Neste momento, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) anuiu que seria mais sensato aguardar pela pronúncia do GP do PCP, transmitindo a Senhora Presidente em exercício que a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) havia declarado nada ter a opor aos pontos agendados na ordem de trabalhos, sem prejuízo do já mencionado adiamento do quarto ponto. Acrescentou que, ao contrário da

reunião anterior, desta vez o ponto constava expressamente da ordem do dia, e que havendo consenso, nada obstava à criação do Grupo de Trabalho, pelo que a Comissão poderia entender constituir desde já o referido GT – ECI, ou em alternativa adiar essa deliberação para uma próxima reunião.

Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Raposo (PS), que assinalou que no seu entender estas discussões não faziam muito sentido, pelo que solicitava à Senhora Presidente em exercício que promovesse uma reunião de Mesa e Coordenadores para dilucidar estas questões, o que a Senhora Presidente em exercício agradeceu, recordando porém que essa era uma competência do Senhor Presidente, e não sua, recuperando as duas vias de solução que acabara de apresentar.

Seguiu-se nova intervenção do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que argumentou que as deliberações de constituição de Grupos de Trabalho deviam ser sempre adotadas em reunião da Comissão, indicando que não se deveria usar o argumento da ausência do GP do PCP para adiar por mais uma semana a composição deste Grupo de Trabalho, tendo o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) lembrado que a votação podia ser adiada a pedido de um Grupo Parlamentar, o que não sucedera. Perante isto, a Senhor Deputada Clara Marques Mendes (PSD) revelou a sua concordância com a constituição do GT – ECI, mas também de um Grupo de Trabalho para apreciação das iniciativas relacionadas com a formação e certificação profissional dos motoristas de transportes públicos de passageiros, tal como já havia sido proposto pelo seu Grupo Parlamentar, explicando o Senhor Deputado Rui Riso (PS) que não havia qualquer oposição à constituição de Grupos de Trabalho, se fosse essa a vontade da maioria da Comissão, acrescentando que interessava criar estes dois Grupos de Trabalho, como haveria porventura outros que também interessariam, não deixando porém de registar que estaria aberto o precedente para o futuro.

Neste momento, a Senhora Presidente constatou a existência de uma proposta concreta da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), alertando contudo para a ausência do GP do PCP, que poderia não concordar no imediato com a constituição do segundo Grupo de Trabalho referenciado. Perante isto, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) solicitou o agendamento da deliberação da constituição deste Grupo de Trabalho para a próxima reunião da Comissão, agradecendo a Mesa, pela

voz da sua Presidente, o cuidado manifestado por esta posição. Submetida a votação, a constituição do GT – ECI foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP. Depois da votação, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) anunciou que o seu Grupo Parlamentar proporia a constituição de um Grupo de Trabalho para apreciação das iniciativas que visavam a constituição de Ordens Profissionais (Fisioterapeutas e Assistentes Sociais), tendo a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) indicado que seriam as Senhoras Deputadas Maria das Mercês Borges e Helga Correia que representariam o seu Grupo Parlamentar no recém-criado GT – ECI.

8. Outros assuntos.

No último ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente em exercício começou por dar conhecimento que as Jornadas Parlamentares do GP do CDS-PP realizar-se-iam na segunda-feira, 22 de maio e na terça-feira, 23 de maio, bem como recordou aos Senhores Deputados que continuavam por indicar alguns membros que integrariam a delegação parlamentar que estaria presente na 107.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, acrescentando que o prazo inicialmente concedido para a comunicação da delegação já se encontrava ultrapassado.

Por outro lado, perguntou ao Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) se o seu Grupo Parlamentar mantinha a data inicialmente adiantada para a organização pela CTSS de uma conferência dedicada aos Direitos da Criança, já que coincida precisamente com a deslocação desta delegação, ao que Senhor Deputado respondeu solicitando que a data do evento não fosse alterada, e que a mesma contaria com a sua presença, procedendo o seu Grupo Parlamentar à indicação de outro nome para a delegação com a maior brevidade possível.

Destarte, a Senhora Presidente em exercício questionou de igual modo o GP do PS sobre um eventual adiamento da iniciativa agendada para terça-feira, 8 de maio do corrente, declarando o Senhor Deputado Rui Riso (PS) que se todos estivessem de acordo, esta conferência poderia realizar-se na terça-feira, 15 de maio de 2018.

Por fim, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) fez alusão à audição da Presidente da Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção de

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 148/XIII/3.ª SL

Crianças e Jovens (CNPDPCJ), enfatizando a importância da realização da audição antes de 1 de junho do presente, concluindo que mesmo no início de maio já seria um pouco tarde, e tendo sido esclarecido que por ora se aguardava a resposta da Senhora Presidente da CNPDPCJ às datas alternativas sugeridas.

A reunião foi encerrada às 12:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de abril de 2018

A VICE-PRESIDENTE

(WANDA GUIMARÃES)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 148/XIII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Ricardo Bexiga
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Diana Ferreira
Helga Correia
Luís Soares
Maria da Luz Rosinha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Feliciano Barreiras Duarte
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Pedro Roque
Rita Rato